

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.102 - SP (2019/0133058-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : IVAN SILVA MARIOSIA**  
**ADVOGADOS : IVAN SILVA MARIOSIA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS -**  
**MG066309**  
**ADAILTON DA ROCHA TEIXEIRA - DF019283**  
**RICARDO LUIZ SALVADOR - SP179023**  
**JORGE LUIZ MONTEIRO BARATA - MG153854**  
**AGRAVADO : MARCIO CORREIA CAZZAMATTA**  
**AGRAVADO : MARCELO CORREIA CAZZAMATTA**  
**ADVOGADO : CASSIO AUGUSTO TORRES DE CAMARGO - SP255615**

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo interno, interposto por IVAN SILVA MARIOSIA, em face da decisão de fls. 674-675, e-STJ, da lavra da Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo (art. 1.042 do CPC/15), por meio do qual a ora insurgente pretendia ver admitido o recurso especial.

Pois bem.

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto pelo ora insurgente, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 637-638, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 546-552, e-STJ):

APELAÇÃO - HONORÁRIOS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS -  
AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS  
-O autor alega, mas não prova, a ocorrência do negócio jurídico - prestação de serviços profissionais alheios ao contrato firmado - entabulado com os requeridos (CPC/73, art. 333, inc. I - atual art. 373, I, do NCPC). Demanda improcedente.  
Sentença mantida. Justiça gratuita. Indeferimento.  
Ausência de prova da propalada insuficiência financeira.  
PRELIMINAR AFASTADA. RECURSO DESPROVIDO, COM DETERMINAÇÃO.

Opostos embargos de declaração (fls. 558-596, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 608-611, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 614-633, e-STJ), o recorrente aponta violação aos seguintes artigos:

(i) 141 e 492 do CPC/2015, na medida em que o ora recorrente não requereu a condenação dos ora recorridos ao pagamento de indenização de R\$ 1.000.000,00;

(ii) 99, § 3º, do CPC/2015, pois faz jus ao benefício da gratuidade de justiça;

Não foram apresentadas contrarrazões (fls. 636, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, sob

os fundamentos de que: a) a simples transcrição de dispositivo de lei não autoriza o conhecimento de recurso especial; b) incidiria ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que os supracitados óbices não subsistiriam.

Em juízo monocrático (fls. 674-675 e-STJ), não se conheceu do agravo, em virtude de ofensa ao princípio da dialeticidade.

Daí o presente agravo interno (fls. 678-700, e-STJ), no qual a agravante sustenta a inaplicabilidade do referido óbice.

Não foi apresentada impugnação (fls. 703 e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

Ante as razões expendidas, reconsidera-se a decisão de fls. 674-675, e-STJ, a fim de conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial.

1. Inicialmente, pontua-se que a alegada ofensa aos artigos 141 e 492 do CPC/2015, decorrente da prolação de suposto julgamento extra petita, não foi apreciada pelo acórdão recorrido.

Com o objetivo de sanar tal omissão e, concomitantemente, prequestionar a matéria, os recorrentes apresentaram embargos declaratórios. Contudo, ainda assim, o tema não foi discutido pelo Tribunal *a quo*, o qual se limitou a afirmar a inexistência de omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado.

Nesse contexto, em ordem a viabilizar a discussão da matéria nas instâncias extraordinárias, cabia aos recorrentes aduzir em seu recurso especial, igualmente, violação ao art. 1.022 do CPC/2015, o que, todavia, não ocorreu.

Com efeito, entende esta Corte que o excepcional reconhecimento do prequestionamento ficto, nos termos do art. 1.025 do CPC/2015, pressupõe a ocorrência de violação ao art. 1.022 do CPC/2015, derivada da existência de omissões, contradições ou obscuridades relevantes no acórdão recorrido.

Logo, em situações tais, deve o recorrente, de modo fundamentado, apontar a presença de tais vícios de fundamentação no acórdão recorrido, sob pena de não atender aos requisitos constitucionais de admissibilidade do recurso especial. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Se, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração, o eg. Tribunal a quo continuar omisso quanto à matéria que se pretendia prequestionar, é dever do recorrente, no recurso especial, apontar violação ao art. 1.022 do CPC de 2015 (art. 535 do CPC de 1973). Ausente esta alegação no apelo nobre, o recurso esbarra no óbice da Súmula 211/STJ.

2. Na espécie, os temas referentes aos artigos apontados como violados - arts. 130 e 330, I, do CPC/1973 - não foram prequestionados, atraindo a incidência da Súmula 211/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 712.600/RJ, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA

TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 29/06/2018) [grifou-se]

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. - LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS - HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO - CABIMENTO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO - NÃO OCORRÊNCIA. (...)

03. Inviável a análise de violação de dispositivos de lei não prequestionados na origem, apesar da interposição de embargos de declaração.

04. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei. 05. O pedido de abertura de inventário interrompe o curso do prazo prescricional para todas as pendengas entre meeiro, herdeiros e/ou legatários que exijam a definição de titularidade sobre parte do patrimônio inventariado.

06. Recurso especial não provido.

(REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017)

Nesses termos, dada a inexistência de prequestionamento, sequer ficto, dos dispositivos cuja violação é arguida pelos recorrentes, mostra-se impossível a admissão do recurso especial, nos moldes da Súmula 211/STJ.

**2.** De igual modo, não merece acolhida o recurso no que tange à apontada ofensa ao art. 99, § 3º, do CPC/2015.

De acordo com a jurisprudência desta Corte, o magistrado pode indeferir o pedido de assistência judiciária gratuita, quando a documentação acostada aos autos infirmar a hipossuficiência da parte requerente.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS IMPUGNADOS. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PRESUNÇÃO RELATIVA DA NECESSIDADE FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NO CASO CONCRETO. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. Em face da impugnação dos fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, o agravo interno merece provimento.

**2. Nos termos da jurisprudência do STJ, o magistrado pode indeferir o pedido de assistência judiciária gratuita verificando elementos que infirmem a hipossuficiência da parte requerente, e que demonstrem ter ela condições de arcar com as custas do processo. Precedentes.**

3. Agravo interno provido. Agravo em recurso especial conhecido para negar provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp 1477376/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA

TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 09/09/2019)

No caso em tela, verifica-se que o Tribunal local, à luz dos elementos de prova acostados aos autos, consignou que os documentos acostados aos autos pelo ora recorrente não denotariam condição financeira apta a autorizar a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

Nesse sentido, destaca-se o seguinte trecho do aresto impugnado (fls. 552, e-STJ):

Com efeito, os documentos coligidos pelo apelante (fls. 442/458) não autorizam a concessão da assistência judiciária, a qual, não custa lembrar, é destinada apenas aos que efetivamente não têm condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo de sua subsistência ou manutenção.

Tem-se, pois, que o provimento do pleito recursal demandaria que tal premissa fosse derruída. Para tanto, todavia, seria necessária a reanálise de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07 do STJ. Precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "A declaração de hipossuficiência econômica possui presunção juris tantum, podendo o julgador a quo investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente e ordenar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência" (AgRg no AREsp n. 772.654/PR, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 28/3/2016.)

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que a agravante não preencheu os requisitos para obtenção dos benefícios da justiça gratuita. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1320909/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 31/10/2018)

AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. REVISÃO DA CONCLUSÃO ALCANÇADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. De acordo com entendimento do STJ, a declaração de pobreza, com o

intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

**2. Além disso, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "o pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado." (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz Federal Convocado do TRF 1ª Região), Quarta Turma, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008).**

**3. A conclusão a que chegou o Tribunal a quo, no sentido de indeferir a benesse pretendida, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Revê-la importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal pelo teor da Súmula 7 do STJ.**

4. "A pretendida análise de violação a dispositivo constitucional não encontra guarida, uma vez que a apreciação de suposta ofensa a preceitos constitucionais não é possível no âmbito desta Corte, nem à guisa de prequestionamento, porquanto matéria reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos dos arts. 102, III, e 105, III, da Carta Magna". (AgRg nos EAg 1333055/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/04/2014, DJe 24/04/2014).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1395383/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/03/2019, DJe 08/04/2019)

Logo, inviável o acolhimento do apelo em relação à presente questão, nos termos das Súmulas 7 e 83 do STJ.

**3. Do exposto, reconsidera-se a decisão de fls. 674-675, e-STJ e, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, conhece-se do agravo para negar provimento parcialmente o recurso especial.** Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 15% (quinze por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem, observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator